

CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

A Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – Coopesf inscrita no CNPJ 05.097.757/0001-69, remete ao Banco Central do Brasil as demonstrações financeiras e demais documentos listados abaixo para publicação na Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional em conformidade com Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020.

- Relatório da Auditoria Externa;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Parecer do Conselho Fiscal.

Declaração de Responsabilidade da Administração

Reconhecemos nossa responsabilidade pela publicação das demonstrações financeiras e demais documentos contidos neste arquivo.

Cumprimos com nossa responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Informamos que todas as transações foram registradas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações financeiras, que os pressupostos significativos utilizados por nós ao fazermos as estimativas contábeis são razoáveis, e que todos os eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras e para os quais exigem ajustes ou divulgação foram ajustados ou divulgados, sendo que os efeitos


das distorções não corrigidas são imateriais, individualmente ou de forma agregada, para as demonstrações financeiras como um todo.

Confirmamos que as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, encontram-se nesta data, devidamente aprovadas para fins de divulgação, pelos níveis competentes na administração.

Curitiba, 26 de março de 2024



COOPERATIVA DE CREDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA- COOPESF

Documento assinado digitalmente
 **LUCIMAR AFONSO MOREIRA**
Data: 29/03/2024 08:25:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LUCIMAR AFONSO MOREIRA
CONTADOR
CRC-PR 024570/O-3

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Srs.

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana -
COOPESF

Curitiba-PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – (“COOPESF”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana - COOPESF em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da COOPESF é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no

S a c h o – Auditores Independentes

Auditoria e Assessoria

trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da COOPESF, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

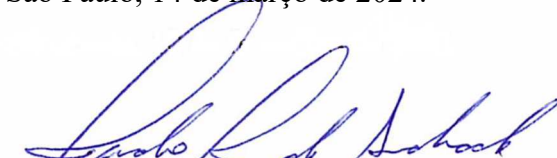
S a c h o – Auditores Independentes
Auditoria e Assessoria

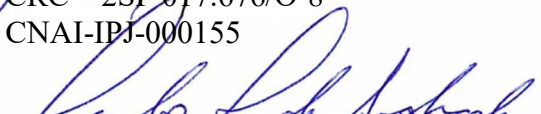
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 14 de março de 2024.


SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC – 2SP 017.676/O-8
CNAI-IPJ-000155


MARCELO MACHADO DE ANDRADE
CRC – 1SP 223.997/O-8

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO SOCIAL 2023

Em atendimento às exigências legais e regulatórias vigentes apresentamos o Relatório da Administração da Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – COOPESF, relativo ao exercício de 2023, sendo que as demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis e legislação vigente aplicáveis às cooperativas de crédito.

O cenário mundial de 2023 manteve em grande parte as dificuldades do ano anterior, com as consequências econômicas do prolongamento dos conflitos mundiais. Nesse ano de 2023 as consequências da pandemia ainda permaneceram, ocasionando problemas econômico-financeiros em várias empresas dos mais diversos segmentos, fato que gerou o desligamento de um número importante de funcionários, afetando também a Coopesf na carteira de empréstimos, gerando um grande esforço interno, nos obrigando a rever nossa política de crédito.

A economia brasileira se apresentou oscilante pela possibilidade de aumento de tributação, com diversas empresas sendo desativadas e o mercado tendo que se adequar à nova realidade nacional. O ano de 2023 foi marcado pelo início do ciclo de quedas na Taxa Selic, que durante 2022 passou de 9,25% para 13,75%, sendo que a partir de agosto de 2023 o Copom começou a realizar cortes, encerrando o ano com 11,75%.

No decorrer do ano de 2023 foi implantado o novo sistema operacional Uniprime que vai permitir a disponibilização de novos produtos e serviços já em 2024, dentro de um cronograma de implantação que permita mantermos o nível de atendimento adequado e de excelência aos nossos cooperados.

Agradecemos aos colaboradores, diretores, conselheiros, prestadores de serviços a resiliência demonstrada na busca permanente de sempre atender bem nosso cooperado.

Curitiba, 31 de dezembro de 2023

COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	04	60	229
Instrumentos Financeiros		16.641	17.687
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	04	46	-
Títulos e Valores Mobiliários	04	3.684	4.462
Operações de Crédito	05	12.911	13.225
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	05	(1.686)	(1.499)
Outros Ativos	06	818	902
Imobilizado de Uso	07	843	837
Depreciações	07	(528)	(487)
TOTAL DO ATIVO		16.147	17.668
PASSIVO	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO		7.810	9.113
Depósitos e Recursos de Letras Imobiliárias e Similares	08	7.592	8.333
Outros Passivos	09	217	780
Sociais e Estatutárias		103	666
Fiscais e Previdenciárias		42	48
Diversas		72	66
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.337	8.555
Capital Social	10	7.186	7.335
Reserva de Lucros	10	683	1.121
Sobras ou Perdas Acumuladas	10	468	99
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.147	17.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	NOTA	2º Sem 2023	Exercício	
			2023	2022 Reclassificada
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.302	4.692	4.781
Operações de Crédito		2.041	4.166	4.073
Resultado de Operações com TVM e Relações Interfinanceiras		261	526	708
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(794)	(1.870)	(1.772)
Operações de Captação no Mercado		(655)	(1.246)	(951)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa		(139)	(625)	(821)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.507	2.822	3.009
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS		(1.408)	(2.789)	(2.430)
Receitas de Prestação de Serviços		4	8	11
Despesas de Pessoal		(843)	(1.681)	(1.420)
Despesas Tributárias		(5)	(8)	(2)
Outras Despesas Administrativas	11	(562)	(1.104)	(1.012)
Outras Receitas Operacionais		0	0	0
Outras Despesas Operacionais		(3)	(3)	(7)
RESULTADO OPERACIONAL		99	33	579
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(2)	(2)	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		97	31	579
TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO		-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	-
Participações Estatutárias no Lucro		-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO		97	31	579

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhares de reais)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	2º Sem 2023	Exercício	
		2023	2022
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	97	31	579
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO	-	-	-
Itens que serão reclassificados para o resultado	-	-	-
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	97	31	579

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Eventos	NOTA	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Sobras/Perdas Acumuladas	Patrimônio Líquido
			Legal	Especial		
Saldo em 30/06/2023		7.424	679	442	(66)	8.479
Baixas de Capital	10,a	(238)	-	-	-	(238)
Realização de Reservas		-	-	(442)	442	-
Destinação para Reservas	10,c	-	3	-	(3)	-
Destinação FATES	10,e	-	-	-	(2)	(2)
Reversão FATES		-	-	-	0	0
Resultado do Período	10,e	-	-	-	97	97
Saldo em 31/12/2023		7.186	683	-	468	8.337
Mutações do Período		(238)	3	(442)	535	(142)
Saldo em 31/12/2022	13	7.334	679	442	99	8.555
Baixas de Capital	10,a	(247)	-	-	-	(247)
Realização de Reservas		-	-	(442)	442	-
Destinação para Reservas	10,c	-	3	-	(3)	-
Destinação FATES	10,e	-	-	-	(2)	(2)
Reversão FATES		-	-	-	0	0
Distribuição de Sobras		99	-	-	(99)	-
Resultado do Período	10,e	-	-	-	31	31
Saldo em 31/12/2023		7.186	683	-	468	8.337
Mutações do Período		(147)	3	(442)	369	(218)
Saldo em 31/12/2021		7.961	668	442	83	9.154
Baixas de Capital	10,a	(626)	-	-	-	(626)
Juros Sobre Capital Próprio		-	-	-	(461)	(461)
Destinação para Reservas		-	11	-	(11)	-
Destinação FATES		-	-	-	(8)	(8)
Distribuição de Sobras		-	-	-	(83)	(83)
Resultado do Período		-	-	-	579	579
Saldo em 31/12/2022		7.335	679	442	99	8.555
Mutações do Período		(626)	11	-	16	(599)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de reais)
MÉTODO INDIRETO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	NOTA	2º Sem 2023	Exercício	
			2023	2022 Reclassificada
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Sobras Líquidas		97	31	579
Ajustes por:				
Depreciações	11	21	41	36
Provisão Para Outros Valores e Bens		-	-	(71)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	05	(56)	187	821
Geração Bruta de Caixa		61	258	1.365
Variações nos Ativos e Passivos				
(Aumento)/Redução de Operações de crédito		(534)	314	(4.116)
(Aumento)/Redução de Outros Créditos		(45)	84	78
(Aumento)/Redução de Outros Valores e Bens		18	-	367
Aumento/(Redução) de Depósitos		144	(741)	(41)
Aumento/(Redução) de Outras Obrigações		(119)	(563)	217
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(475)	(647)	(2.130)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
(Aquisição)/Redução de Imobilizado	07	(5)	(6)	(52)
Caixa líquido originado/(aplicado) nas atividades de investimentos		(5)	(6)	(52)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Integralização de Capital Social	10	-	-	-
Devolução de Capital	10	(238)	(247)	(626)
Distribuição de Sobras para Cooperados		-	-	(83)
Juros ao Capital		-	-	(461)
Destinação para FATES	10	(2)	(2)	-
Caixa líquido originado/(aplicado) nas atividades de financiamento		(239)	(248)	(1.170)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA				
		(719)	(901)	(3.352)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	04	4.509	4.691	8.043
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	04	3.790	3.790	4.691
AUMENTO / (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA				
		(719)	(901)	(3.352)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – COOPESF, foi constituída em 22 de janeiro de 2002 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de abril de 2002, tem por seu objetivo estimular a formação e a educação cooperativista e financeira dos seus associados, através de ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito, procurando proporcionar através da mutualidade, assistência financeiras aos cooperados.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo; pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.434/15 e suas alterações; pelas Resoluções CMN nº 4.910/21, 4.970/21 e 5.051/22, que dispõem sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito; e pelo Estatuto Social consolidado na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de abril de 2023.

A COOPESF participa do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, de abrangência nacional, que tem por objeto prestar garantia de crédito nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$250.000,00 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez às filiadas.

A administração reafirma o propósito e o compromisso de continuar realizando as atividades e as operações normalmente, e não tem conhecimento de indícios ou incertezas que possam configurar sua descontinuidade.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e as normas e instruções do BACEN e CMN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Foram adotados os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional, que não conflitem com a regulamentação do CMN e BACEN, quais sejam:

- Pronunciamento Conceitual Básico (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável do Ativo (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 03 – Fluxo de Caixa (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações (Resolução nº 3.989/2011);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 4.818/2020);

- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823/09);
- CPC 28 – Propriedade para Investimento (Resolução nº 4.967/21);
- CPC 33 – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.877/2020);
- CPC 41 – Resultado por ação (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (Resolução nº 4.924/2021).

Adicionalmente, na elaboração das demonstrações foram observadas as disposições da Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 2/2020, cujo objetivo é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações, de acordo com as normas internacionais de contabilidade. As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; a segregação entre circulante e não circulante está apresentada em notas explicativas.

Em conformidade com a Resolução BCB nº 02/2020, para efeito de comparabilidade, o Balanço Patrimonial do período corrente está comparado com o Balanço Patrimonial do final do exercício imediatamente anterior; as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior, exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis foram:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios devam ser incluídos na apuração de sobras ou perdas do período em que ocorrerem, simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de regaste, e as receitas e despesas financeiras são contabilizadas pelo critério pro rata die e calculadas com base no modelo exponencial.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional. Referem-se a recursos que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a três meses.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações em cotas de fundos de investimentos abertos são valorizadas mensalmente, com base no valor da cota calculada e divulgada pelo Administrador dos fundos nos quais a Cooperativa aplica seus recursos que, por sua vez, consideram o valor de mercado dos ativos financeiros integrantes de sua carteira.

As aplicações em títulos de renda fixas são registradas pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas ao valor de mercado, quando aplicável.

A Cooperativa não possuía em 31 de dezembro de 2023 saldos de instrumentos financeiro derivativos.

d) Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. Estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparadas por informações internas e externas em relação ao devedor, seus garantidores e à operação, levando em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio, bem como outras informações cadastrais do devedor, conforme resoluções emanadas pelo Banco Central do Brasil.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar.

As operações são classificadas em oito níveis, sendo “A” o risco mínimo e “H” o risco máximo. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas e controladas em contas de compensação, não mais figurando no ativo do balanço patrimonial.

e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As provisões para risco em operações de crédito foram constituídas atendendo os normativos do Banco Central do Brasil, através das Resoluções CMN 2.682/99 e 2.697/00, bem como aos critérios da política de crédito da COOPESF, classificando as operações por faixas de riscos e constituindo as devidas provisões.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis e longo prazo (não circulante)

Registrados pelo regime de competência e quando aplicável, atualizados até a data do balanço.

g) Imobilizado

O imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base no histórico da empresa e do prazo de utilização dos benefícios gerados por estes ativos, em conformidade com a resolução CMN nº 4.535/16.

h) Redução do valor recuperável de ativos

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros *impairment* é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2023 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

i) Depósitos a prazo

Os depósitos a prazo são contratados com taxas pré-fixadas e estão atualizados até a data do balanço pelos índices contratados.

j) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulante)

Registrados pelo regime de competência e quando aplicáveis, atualizados até a data do balanço.

k) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando para as respectivas bases de cálculo a legislação pertinente a cada tributo. As Cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e à Contribuição Social, quando auferirem resultados positivos com as operações e atividades estranhas a sua finalidade e/ou realizadas com não associados, denominado ato não cooperativo.

l) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos em notas explicativas e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes.

Declaramos que não houve evento subsequente para as demonstrações encerradas em 31 de dezembro de 2023.

n) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

o) Segregação do circulante e longo prazo

Os valores realizáveis e exigíveis com os prazos inferiores a 360 dias são classificados no circulante, e aqueles com prazos superiores, no longo prazo.

p) Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são os seguintes: os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Cooperativa possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais

não cabem mais recursos. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando aplicável. Já os passivos contingentes, são reconhecidos contabilmente e divulgados levando em conta a opinião dos assessores jurídicos da Cooperativa, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis. Os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação em nota explicativa. As obrigações legais são sempre consideradas como exigíveis, independentemente de questionamentos.

Em 31 de dezembro de 2023 a COOPESF consta como Ré em um processo cível classificado com probabilidade de perda possível, amparada na opinião dos assessores jurídicos da cooperativa, que representa um passivo contingente no total de R\$ 163.335,06. Referido valor foi depositado judicialmente no 2º semestre de 2023.

04 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DISPONIBILIDADES	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Caixa	1	2
Depósitos Bancários	59	227
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	46	-
Títulos e Valores Mobiliários	3.684	4.462
TOTAL	3.790	4.691

Aplicações interfinanceiras de liquidez é composta por saldo mantido em conta e aplicado diariamente, com liquidez imediata, por meio de convênio com instituição financeira parceira para utilização da Cabine e Compe, possibilitando uma maior oferta de serviços financeiros aos cooperados da COOPESF.

Os títulos classificados na categoria de fundos de investimento são aqueles cuja administração pode negociar ativa e frequentemente no mercado. Esses títulos possuem seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustado pelo valor de mercado, sendo este ajuste lançado em conta específica do resultado do exercício.

05 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a composição da carteira de operações de crédito de curto e longo prazo apresentava a seguinte distribuição:

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	31/12/2023			31/12/2022	
	A Vencer			Total	Total
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360		
Operações	4.819	4.328	3.853	12.911	13.225

b. Composição da carteira de crédito e provisão por níveis de risco:

NÍVEL	% Mínimo Requerido	CARTEIRA DE CRÉDITO		PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	
		31/12/2023	31/12/2022	1. 31/12/202	
				3	31/12/2022
A	0,50%	8.289	9.717	41	49
B	1,00%	2.401	880	24	9
C	3,00%	342	969	10	29
D	10,00%	157	98	16	10
E	30,00%	60	89	18	27
F	50,00%	138	138	69	68
G	70,00%	52	88	37	61
H	100,00%	1.471	1.246	1.471	1.246
TOTAL		12.911	13.225	1.686	1.499

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são apuradas em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e estão de acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

85% das operações da cooperativa estavam classificadas como de risco "A" ao risco "C" em 31 de dezembro de 2023.

c. Composição do saldo em prejuízo:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Últimos 12 meses	414	408
De 13 a 48 meses	1.130	1.391
Superior a 48 meses	1.606	1.316
TOTAL	3.150	3.115

d. Concentração de Devedores:

DESCRIÇÃO	31/12/2023		31/12/2022	
	VALOR	%	VALOR	%
10 maiores devedores	4.483	35%	4.198	32%
Demais devedores	8.428	65%	9.027	68%
TOTAL	12.911		13.225	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 registramos R\$ 469 mil em recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo. No mesmo período de 2022 recuperamos o montante de R\$ 929 mil.

06 OUTROS ATIVOS

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Outras rendas a receber ₁	27	-
Adiantamentos e antecipações ₂	15	-
Depósitos Judiciais ₃	163	84
Devedores Diversos	-	205
Ativos não financeiros mantidos para venda-recebidos	613	613
TOTAL	818	902

(1) O valor de rendas a receber refere-se a juros de cheque especial de competência do mês em curso, que serão liquidadas no mês subsequente.

(2) Adiantamento e antecipações referem-se ao adiantamento de fornecedores e pagamento de férias cujo gozo ocorrerá no semestre subsequente.

(3) Depósitos judiciais constituídos no 2º semestre de 2023 em razão de ação processual em desfavor da COOPESF;

(4) Bem recebido em liquidação de operação de crédito de difícil liquidação.

07 IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

DESCRIÇÃO	Taxas anuais de deprecia	31/12/2023		31/12/2022	
		Custo Corrigido	Deprec/Am ort. Acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso					
Móveis e equipamentos de uso	10%	307	(251)	56	70
Imóveis	4%	536	(277)	259	280
TOTAL		843	(528)	315	350

08 DEPÓSITOS

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Depósito a Prazo - RDC-DI (a)	7.592	8.333
TOTAL	7.592	8.333

a) Depósito a Prazo – RDC-DI – Concentração de depositantes:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	
	VALOR	%
Maior depositante	572	8%
10 seguintes maiores depositantes	3.525	46%
20 seguintes maiores depositantes	2.740	36%
40 seguintes maiores depositantes	671	9%
Demais depositantes	85	1%
TOTAL	7.592	100%

09 OUTROS PASSIVOS

a) Sociais e estatutárias:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
FATES - Resultado de atos com associados ₁	27	31
Juros sobre o Capital a Pagar	-	461
Cotas de capital a pagar ₂	76	174
	103	666

(1) *Atendendo à instrução do BACEN, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº. 5.764/71.*

(2) *O valor em cotas de capital a pagar refere-se à restituição do capital integralizado pelo associado, em razão do seu desligamento, por demissão, exclusão ou eliminação, conforme estabelecido no parágrafo 4º do artigo 24 da Lei nº 5.764/71.*

b) Fiscais e previdenciárias:

Referem-se aos impostos e contribuições a recolher devidos pela instituição ou retidos na fonte, que serão recolhidos posteriormente conforme determina a legislação.

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
IOF a recolher - operação de crédito	2	2
Impostos e contribuições a recolher	40	46
TOTAL	42	48

c) Diversas:

Representam os valores destinados à formação de provisão e obrigações com pessoal e terceiros.

10 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é composto por Capital Social, Reserva de Lucros e Sobras Acumuladas.

a) Capital Social:

O capital social é dividido em cotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Capital social	7.186	7.335

b) Gestão do Capital

A análise de suficiência de capital na visão regulatória tem como objetivo avaliar se a Instituição possui Patrimônio de Referência (capital disponível) em nível superior ao capital exigido para cobertura dos riscos. A plena adaptação ao arcabouço regulatório de Basileia III, em conjunto com a capacidade de gerar resultados, contribui para que a Cooperativa mantenha índices de capital estáveis, com folga de capital em patamar confortável, em relação ao mínimo regulatório.

Os fluxos de capital são um aspecto importante na análise de vulnerabilidades. A composição do capital da COOPESF mostra que o nível de concentração de risco é muito baixo, sendo que o maior saldo de capital representa 7% da composição total. A estratégia de diversificação sinaliza que o nível de concentração está equilibrado.

c) Reserva legal

O fundo de reserva das cooperativas de crédito é constituído de acordo com o artigo 28, inciso I, da Lei nº 5.764/71, e é destinado a compensar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. Ao final do exercício as cooperativas são obrigadas a destinar no mínimo 10% das Sobras Líquidas do Exercício. Em 31 de dezembro de 2023 o fundo de reserva totalizou R\$ 683 (679 em 2022).

d) Reserva especial para estabilidade financeira

A cooperativa detinha a Reserva Especial para Estabilidade Financeira, com fundos destinados de exercícios anteriores, onde foi fixado pela assembleia geral, o modo de sua formação, aplicação e liquidação. Esta reserva especial totalizada totalizava R\$ 442 em 31 de dezembro de 2022 e foi integralmente revertida no encerramento de 2023.

e) Sobras ou perdas acumuladas

As sobras acumuladas do exercício de 2022 foram destinadas, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 04 de abril de 2023; o saldo de R\$ 468 representa o resultado da Cooperativa no exercício de 2023 após as destinações legais, estatutárias e reversão de reservas:

DESCRIÇÃO	31/12/2023
Resultado do Exercício - DRE	31
FATES (5%)	(2)
Reserva Legal (10%)	(3)
Reversão de Reserva	442
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	448

11 DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Desp. Água Energia e Gás	8	-
Desp. Aluguéis	9	11
Desp. Comunicações	31	36
Desp. Manutenção e Conservação de Bens	62	-
Desp. Material	9	-
Desp. Processamento de Dados	339	-
Desp. Propaganda e Publicidade	12	-
Desp. Serviços de Terceiros	31	880
Desp. Serv. Técnicos Especializados	211	-
Desp. Serv. Sistema Financeiro	108	49
Desp. de Transporte	27	-
Desp. Viagens	2	-
Desp. Amortização e Depreciação	41	36
Outras Desp. Administrativas	214	-
TOTAL	1.104	1.012

12 PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos administradores:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os honorários dos administradores foram de R\$ 991 e R\$ 968, respectivamente, os quais foram apropriados na rubrica “Despesas de pessoal”, na demonstração do resultado (sobras e perdas). Referido valor contempla também o dispêndio com previdência social.

b) Operações ativas e passivas:

Foram realizadas transações com membros estatutários na forma de depósitos, operações de crédito, capital social e outros serviços. As taxas e prazos oferecidos para estes membros são condizentes com as usufruídas pelos demais cooperados da nossa cooperativa.

Demonstramos o montante de operações ativas e passivas com membros estatutários em 31/12/2023:

NATUREZA DA OPERAÇÃO	31/12/2023	% EM RELAÇÃO DO TOTAL
Operações de Crédito	17	0,13%
Depósitos	228	3%
Capital Social	203	3%

Outras Partes Relacionadas: Outras partes relacionadas é representada por familiares próximos (pais, filhos e cônjuges) de membros estatutários, com potencial influência de alteração do capital destes.

NATUREZA DA OPERAÇÃO	31/12/2023	% EM RELAÇÃO DO TOTAL
Operações de Crédito	21	0,17%
Depósitos	-	-
Capital Social	7	0,09%

13 RESULTADO NÃO RECORRENTE

No exercício de 2023 a COOPESF não incorreu em qualquer “Resultado não recorrente” que requeresse divulgação em separado em suas demonstrações financeiras.

14 ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

Em 04 de novembro de 2015 o Banco Central do Brasil emitiu o Comunicado nº 28.684, o qual dispõe do enquadramento prévio das cooperativas de crédito em funcionamento nas categorias estabelecidas no art. 15 da Resolução CMN nº 4.434, de 5 de agosto de 2015, atualmente vigente no art. 2 da Resolução CMN nº 5.051 de 25 de novembro de 2022.

A Cooperativa COOPESF, conforme as referidas normas citadas acima, foi classificada pelo Banco Central do Brasil na categoria Clássica. E de acordo com a Res. CMN nº 4.553/2018 foi enquadrada em 30 de janeiro de 2018 no segmento S5.

De modo a atender o requerido na Resolução do CMN nº 4.557/2018, a COOPESF adotou o gerenciamento de riscos compatível com a natureza e complexidade de seus produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Cooperativa, e tem por objetivo monitorar os riscos, com intuito de realizar a gestão dos riscos operacionais, de mercado e crédito.

Entretanto, a COOPESF, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.606/2018, 4.557/2018, 4.955/2021 adota para elaboração de seu Balanço o Regime Prudencial Simplificado (RPS) sendo assim a implantação do gerenciamento de riscos está também em consonância com o referido regulatório ao considerar, a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5), segundo o regime para definição do Patrimônio de

Referência para o segmento de Cooperativas enquadradas em S5 e assim em acordo com a complexidade de seus produtos, serviços, atividades processos e sistemas da Cooperativa.

a) Risco operacional

O Risco Operacional está associado às falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, de pessoas e de sistemas, ou de eventos externos.

A COOPESF devido à sua opção pelo Regime Prudencial Simplificado (RPS) possui seu cálculo do Patrimônio de Referência Exigido de forma Simplificada em apenas uma única parcela (PRS5)), conforme disposições na Res. CMN nº 4.606/2018 e Res. CMN nº 4.995/2022, sendo esta apurada diretamente sobre os demonstrativos contábeis.

b) Risco de mercado

O Risco de Mercado é o risco associado a perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela Cooperativa.

Adicionalmente mencionamos que, em virtude da Res. CMN nº 4.434/2015, revogada pela Res. CMN nº 5.051/2022, e com a emissão do Comunicado pelo Banco Central do Brasil, a Cooperativa COOPESF está classificada na categoria clássica dentro do segmento S5. Estando, esta Instituição desobrigada de classificar as operações da carteira, previstas no Art. 6º e parágrafos, conforme dispensa evidenciada pelo Art. 2º da Resolução nº 4.557/2018. Estando também dispensada da elaboração assim como do envio da remessa do Demonstrativo de Mercado (DRM) ao Banco Central do Brasil.

c) Risco de crédito

O Risco de Crédito é aquele associado ao não cumprimento pelo tomador da contraparte de suas respectivas obrigações financeiras, nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos da recuperação.

A COOPESF avalia de forma gerencial o risco de crédito e classifica suas operações conforme os critérios para rating estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, para atendimento do risco e das respectivas provisões de risco em atendimento aos valores mínimos exigidos pelos normativos.

15 ÍNDICE DE BASILÉIA


As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos de suas atividades, e de acordo com a Resolução CMN nº 4.606, artigo 12, o requerimento mínimo de patrimônio exigido em relação à ponderação de ativos é de 17% em 31/12/2023.

Apresentamos abaixo o realizado para o semestre findo e exercício anterior:


DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência	8.337	8.555
RWA total (Regime Prudencial Simplificado)	14.831	15.661
Patrimônio requerido	2.521	2.662
Índice de Basiléia	56%	55%

A Administração da **COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF** é responsável pelas informações divulgadas neste relatório.

CELSO BORBA BITTENCOURT
Diretor Superintendente

Documento assinado digitalmente
 **CLAUDINEI FERNANDO ESCHHOLZ**
Data: 28/03/2024 08:57:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CLAUDINEI FERNANDO ESCHHOLZ
Diretor Administrativo

Documento assinado digitalmente
 **LUCIMAR AFONSO MOREIRA**
Data: 29/03/2024 08:23:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LUCIMAR AFONSO MOREIRA
Contador – CRC-PR-024.570/O-3

ATA Nº. 259 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁIRA DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF, REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2024.

Aos 08 (oito) dias do mês de março de 2024 às 14:30h, os Conselheiros Fiscais efetivos os Srs. José Alves de Almeida - Coordenador, Donizete Corbetta, Walter Tsuyoshi Iwamura e suplente Irajá Krukoski, reuniram-se de forma virtual pela plataforma 'Zoom' para cumprimento de programa de trabalho extraordinário.

Primeiramente o Conselheiro José Alves de Almeida - Coordenador agradeceu a presença dos Conselheiros Fiscais presentes e em seguida tratou do assunto.


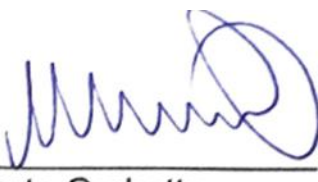
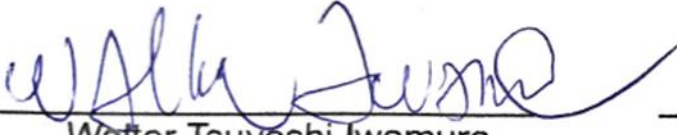
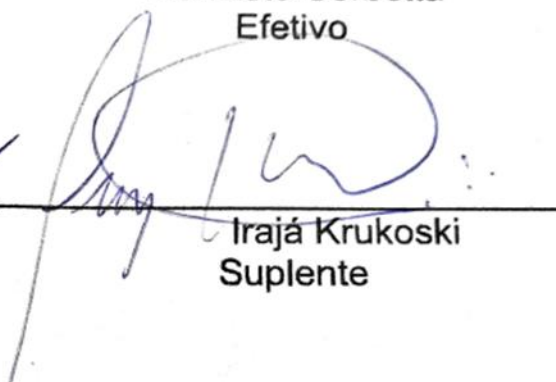
Em reunião extraordinária em observância ao disposto no artigo 56, da Lei 5764/71, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o relatório anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais documentos e informações pertinentes às operações realizadas pela Coopesf.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes da Coopesf, declaramos que os mesmos refletem adequadamente a posição patrimonial e econômico financeira da Cooperativa no referido exercício social, razão pela qual opinam favoravelmente à aprovação de tais documentos pela Assembleia Geral Ordinária de Cooperados.

Por fim, deixou a palavra em aberto para que os demais conselheiros que quisessem a usassem. Na falta de manifestação, encerrou a reunião e, eu, José Alves de Almeida – Coordenador dos Trabalhos, redigi esta ata que após leitura e aprovação será assinada pelos Conselheiros Fiscais.

Curitiba PR, 08 de março de 2024

Assinaturas

 _____ José Alves de Almeida Efetivo	 _____ Donizete Corbetta Efetivo
 _____ Walter Tsuyoshi Iwamura Efetivo	 _____ Irajá Krukoski Suplente